

INTERFERÊNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA: UMA INTERPRETAÇÃO BASEADA EM ESTUDANTES SURDOS NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS — BAHIA

Dilcinéa dos Santos Reis (Pós Crítica/UNEB)

Resumo: A partir do momento em que pensei em estudar os estudos culturais, a identidade surda vem sendo vista com um novo viés; não mais percebendo o Surdo como uma pessoa com deficiência, mas sim, acentuando sua pluralidade identitária. Dessa forma, baseada nessa visão identitária, requer que esse sujeito tenha uma língua, para se desenvolver, e se construir como pessoa. A Língua Brasileira de Sinais — Libras, recebe um formato legal em 2002 através da lei 10.436. A partir de então, surgem vários questionamentos acerca da Libras no que diz respeito a comunicação de Surdos, ao desenvolvimento deste enquanto sujeito linguístico, entre outros. Nesse sentido, aflora a seguinte questão: A Libras interfere na construção da identidade surda nos grupos de surdos dos bairros do Pirinel e Parque da Jaqueira no município de Alagoinhas? Com objetivo geral, a pesquisa pretende: Compreender a Libras no sentido de possibilitar a construção da identidade pessoal e cultural do Surdo; e como objetivos específicos: analisar a Libras enquanto língua materna da comunidade Surda; identificar os níveis linguísticos das comunidades pesquisadas e colaborar para o avanço desses grupos no que diz respeito ao avanço linguístico nessa língua, caso seja necessário. Considerando o laboratório da memória/Centro de Documentação a que estamos vinculado, buscamos também levantar fontes documentais, possíveis acervos sobre a questão, a fim de constituir uma arquivo para pesquisas. Para esse percurso de investigação, adoto a abordagem de pesquisa qualitativa, através de observação, entrevistas, registros audiovisuais, fotográficos e documentais. A pesquisa está lastreada teoricamente nos estudos culturais com Hall (2007) e Strobel (2009), na linguística aplicada interdisciplinar com Lopes (2006), Pennycook (2006), e Lima (2015). Dessa forma, pretende-se com essa pesquisa visibilizar a comunidade Surda nos aspectos linguísticos e identitários.

Palavras-chave: Libras. Identidades Surdas. Estudos Culturais.

INTRODUÇÃO

Desde que surgiram os estudos culturais, a visão sobre identidade surda tem sido repensada e revista em novas formas. Não é mais a forma como o indivíduo se vê como surdo sob um ponto de vista do corpo, da normalidade. É o surdo sendo observado através do ponto de vista da identidade. A identidade não é uma visão que generaliza o sujeito. É importante começar a vê o surdo na alteridade e na diferença representável dentro da história e da política.

Assim, em 2002 foi aprovada a Lei nº 10.436/2002 que reconhece a Libras como língua oficial da comunidade surda brasileira. A partir de dezembro de 2005, através do decreto 5.626, a Libras torna-se disciplina obrigatória nas escolas, universidades e em âmbito federal.

Nesse contexto, a pesquisa intitulada: Interferência da Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS na construção da identidade surda: uma interpretação baseada em estudantes surdos no município de Alagoinhas – Bahia, pretende compreender a Libras no sentido de possibilitar a construção da identidade pessoal e cultural do Surdo; específicos: analisar a Libras enquanto língua materna da comunidade Surda; identificar os níveis linguísticos das comunidades pesquisadas e colaborar para o avanço desses grupos no que diz respeito ao avanço linguístico nessa língua, caso seja necessário. Dessa forma, no que diz respeito à justificativa pessoal, escolhi esse tema, por acreditar em um espaço, mundo, lugar de fala melhor para os estudantes surdos do município de Alagoinhas, no que

tange ao social, mostrar a comunidade desse município que os surdos são sujeitos críticos e transformadores do seu próprio espaço, e no que tange ao científico, transportar todo o resultado estudado, pesquisado para um livro, afim de dá visibilidade à comunidade surda Alagoinhense.

Para conseguir ampliar os horizontes dessa pesquisa me fundamentarei em autores que discutem as questões das identidades surdas como Gladys Pelin, Ronice Muller e Carlos Skliar e alguns outros a exemplo de Stuart Hall, Silvano Santiago, Maria Nazaré e Bhabha Hommi esses que me darão suporte e pressupostos críticos culturais.

REVISÃO DA LITERATURA

Desde que a humanidade existe, existem surdos. E, como não pode deixar de ser, a história destes foi atravessada pelas ideias que circularam ao longo dos séculos, marcando e delimitando territórios teóricos, políticos, sociais, culturais e psíquicos da construção de subjetividades.

Na primeira designação ‘o homem que não escuta e o homem que não é entendido’ há uma referência à qualidade daquela pessoa que, por sua singularidade, a diferencia das demais. Já, após Homero, com a significação de ‘mudo’ introduz-se um equívoco, ou seja, de que o surdo não fala e, aprofundando mais, que a fala é entendida no âmbito único da oralidade. Também, introduz-se a ideia de dupla falta: incapacidade física (órgão auditivo defeituoso) e incapacidade emocional (estúpido e insensível).

Segundo Quadros (1997) a associação da língua com a fala provocou um dos grandes equívocos que se encontra na história sobre a surdez, pois reduziu o conceito de língua à dimensão da oralidade e a associação de linguagem como pré-requisito para o pensamento.

Na segunda designação considerava os surdos como indivíduos competentes e reconhecia a língua de sinais como própria da comunidade surda, pregando que o surdo deveria ser educado nesta língua. Neste período surgiram vários estudos sobre a língua de sinais e as comunidades surdas conseguiram um *status* social, político, econômico, linguístico e cultural. Uma grande conquista foi a abertura de escolas públicas para surdos onde, em muitas delas, a condução pedagógica era realizada somente por surdos. Com isso, os surdos puderam estudar e se formar em diversas profissões.

Ao retomar a sua história, a comunidade surda, organizou-se e fundou associações que buscavam aglutinar indivíduos que tinham em comum a surdez, marcando a peculiaridade específica da sua comunidade. Este reatamento se manifestou através das várias atividades artísticas, o ensino da língua de sinais, a divulgação dos costumes surdos, etc. Emergiu poesia na língua de sinais, chistes na língua de sinais, canções na língua de sinais, dança na língua de sinais — artes sem igual na língua de sinais que não podiam ser traduzidas para a língua falada. Surgiu, ou ressurgiu entre os surdos,

uma tradição bárdica entre os surdos, com bardos, oradores, contadores de história, narradores que usavam a língua de sinais para transmitir e divulgar a história e a cultura dos surdos, com isso elevando ainda mais a nova consciência cultural (SACKS, 2002).

A SURDEZ SOB O OLHAR DA DEFICIÊNCIA

Após o Congresso de Milão em 1880, desencadeou-se na Europa um movimento em prol da língua oral e em detrimento da língua de sinais — o oralismo. Na época, o movimento foi fortalecido pelas descobertas “científicas” da medicina e da psicologia. Sanches (1990) diz que no século XVIII, com o movimento iluminista, nasceram as primeiras construções científicas a respeito da surdez. Estudos clínicos sobre a normalidade e a loucura abrem com Philippe Pinel a introdução do conceito de enfermidade aos loucos e aos “diferentes”. Frente a isso, os surdos passaram à categoria humana, porém, ‘enferma’. Entendidos como doentes pela medicina e, mais tarde pela psicologia, foram catalogados pelo saber médico, o qual conclui que eram uma ‘subespécie’, uma ‘anomalia’ que deveria ser erradicada. Moura (2000) relata pesquisas como as do médico cirurgião Jean-Marc Itard, que na tentativa de descobrir as causas da surdez desenvolveu métodos com os surdos como: dissecar cadáveres, aplicar cargas elétricas nos ouvidos, furar as membranas timpânicas, colocar cateteres nos ouvidos de pessoas com problemas auditivos, entre outros, que resultaram em fraturas de vários crânios, bem como, infecções nos ouvidos e morte de vários surdos. Estas intervenções e outras como, utilizar métodos de esterilização para evitar a procriação, eram aceitas como procedimentos normais em prol das pesquisas científicas que visavam a erradicação ou a diminuição desses “mal”.

A psicologia, seguindo os preceitos científicos e com base no modelo adotado pela medicina, desenvolveu estudos que envolveram rigorosa avaliação psicológica, com o propósito de comprovar a anormalidade das psicofunções e das distintas modalidades perceptuais dos surdos. Segundo Lane (1992) o surdo era submetido a exames neurológicos completos, testes psicométricos, de atenção, de memória, de motricidade fina e grossa, coordenação viso motora, lateralidade, testes de personalidades, e outros. Como consequência destes estudos a psicologia constatou que a perda auditiva era a causa de numerosas condutas anormais no âmbito social, cognitivo, comportamental e emocional, concluindo que os surdos não se comportavam como a maioria das pessoas normais, enquadrando-os nos padrões da patologia. A partir disso, a psicologia organizou a enfermidade através das classificações nos gráficos onde, inicialmente enquadrou os surdos na condição de anormais, depois descreveu comportamentos atribuídos a sua natureza patológica e finalmente organizou as indicações de tratamento e instituições que deveriam fazê-lo.

Desta forma, como a medicina, a psicologia absorveu o discurso clínico que cataloga e classifica o surdo como “enfermo” e o incluiu no rol das deficiências, descrevendo-o como “incapaz”,

“impossibilitado”, “defeituoso”, “anormal”, “inferior”, enfim, resumindo-o a um par de orelhas não funcionais, além de descrevê-lo como portador de “audição defeituosa”, “deteriorização auditiva” entre outras, culminando com a designação de “deficiente auditivo”.

O percurso histórico denota que a psicologia desconsiderou a existência de uma modalidade diferente de língua — a língua de sinais na constituição do sujeito surdo. Ao contrário, a língua de sinais segundo a psicologia era uma modalidade de comunicação insuficiente e transitória que a criança utilizava antes de dominar as palavras. Um conjunto de sinais quase instintivos descritos como uma ‘mímica’, ‘comunicação inferior’, ‘gestos bobos’, sinais imediatos e universais parecidos com a linguagem dos homens pré-históricos do início da humanidade. Uma série de gestos que imitavam os aspectos visuais da realidade, comparando-a com a linguagem dos macacos entendidos como não satisfazendo as necessidades da linguagem humana. Estas constatações apontam para uma visão unilateral da surdez — visão embasada no discurso médico/científico que culminou com um grande número de diagnósticos equivocados sobre a surdez e o surdo. Este, devido a resultados de testes psicométricos e de personalidade, foi considerado em muitos casos com comprometimentos cognitivos, comportamentais e emocionais. Como consequência desta visão unilateral, ficou estigmatizado frente à sociedade.

Assim, coube a outras áreas como a antropologia, sociologia e a linguística apontar outro olhar sobre a surdez, olhar este, que surgiu a partir do conhecimento da comunidade surda, sua organização, bem como sua língua — a língua de sinais.

Deste novo olhar nasceu uma visão diferente, a sócio-antropológica que propôs uma mudança de paradigma na visão sobre a surdez. Esse novo olhar sócioantropológico se contrapõe à concepção patológica construída pela medicina e assessorada por outras disciplinas, as quais isolam, excluem socialmente, estigmatizam, preconceitualizam e classificam. Esta nova visão se expressa num contexto sócio-histórico, que respeita as diferenças. Segundo Gonçalves e Silva (1998) isso fica bem claro nos Estudos Culturais e no Multiculturalismo, que partem do pressuposto da pluralidade de experiências culturais contribuindo para produção de novas subjetividades.

A SURDEZ SOB UM OLHAR DA DIFERENÇA

Pinto (2001) diz que a visão sócio-antropológica se expressa para que os sujeitos sociais valorizem, exponham suas diferenças e suas culturas específicas em busca de afirmação cultural. É um movimento social que se opõe a todas as ações homogeneizadoras da vida social. É o reconhecimento da diferença, buscando o direito de cada um conviver com suas características próprias, de fazer valer os direitos civis, linguísticos, culturais, étnicos, religiosos entre outros. As

diferenças culturais constroem, nos espaços multidimensionais do mundo contemporâneo, a possibilidade da existência de novas identidades e subjetividades.

Marques (1998) situa bem esta questão quando afirma que o surdo apreende o mundo pela visão. Este apresenta um pensamento plástico que atravessa ideias e comportamentos através de uma linguagem que existe pelas imagens e representações mentais que informam a percepção, de acordo com características intelectivas próprias. A visualidade é o principal canal de processamento de esquemas de pensamento que propicia a aquisição, construção e expressão de conhecimento, valores e vivências que levam a uma concepção de mundo muito particular. A linguagem visual para o sujeito surdo é a sistematização e produto de seu desenvolvimento cognitivo e histórico, tornando-se instrumento para a formulação de generalizações que facilitem a transição da reflexão sensorial espontânea, para o pensamento racional através do uso dos signos.

Compartilhando estas ideias Pelin (1998) define o surdo como pertencente a um “mundo de experiência visual e não auditiva”. Viver uma experiência visual é usar a língua de sinais.

Os surdos têm na língua de sinais sua maior expressão. É através dela que a criança surda comunica-se livremente, sem restrições, elaborando hipóteses sobre o mundo e conceituando ideias e pensamentos. A língua de sinais é, assim, mais que um veículo de comunicação, é um repertório de conhecimentos culturais, um símbolo de identidade social, da história e dos valores e costumes dos surdos. Sacks (2002) afirma que:

Os surdos têm um interesse especial, intenso, em sua própria língua. Exaltam-na em termos afetuosos e reverentes e a consideram uma parte íntima, indissociável de seu ser, algo de que eles dependem. A língua de sinais é fundamental para a identidade comum dos surdos, é uma criação pessoal dos surdos como grupo e, é o código que pertence totalmente a eles.

Portanto, a comunidade surda se distingue das demais por ter uma língua própria — a língua de sinais. Esta, por se dar numa modalidade espaço-visual, marca uma visão de mundo diferente da modalidade oral-auditiva, bem como, sua história e sua cultura.

Contudo, faz-se necessário destacar que diferente da concepção negativa que o senso comum atribui à surdez, a noção de cultura busca compreender positivamente os surdos na sua dimensão antropológica, histórica, psicológica e social. A dimensão cultural, associada à vida social e subjetiva das pessoas surdas, destaca as capacidades individuais e coletivas que elas compartilham com todos os seres humanos. Ao contrário, as visões discriminatórias que representam as pessoas surdas como meros deficientes físicos que apresentam uma incapacidade auditiva evidente, destacando, dessa forma, o surdo como diferente de uma pessoa “normal”.

Há várias definições para a palavra “cultura”, contudo, a noção de cultura em sua origem remete ao cultivo do campo pelos homens, às técnicas e sentidos para o cuidado com a terra,

derivando dessa história social a ideia de comunidade e a identificação ao território e seus habitantes, nos seus produtos materiais e simbólicos. Ora, um dos produtos mais notáveis da cultura humana foi as diferentes línguas que surgiram desse convívio para a garantia e desenvolvimento da vida, baseadas na comunicação social, na organização política, na troca de experiências tecnológicas, na elaboração filosófica e científica, nas narrativas poéticas, nos relatos cotidianos, entre outros.

Nesse sentido, considerando que a surdez distingue sensorialmente um grupo particular de humanos, criando um modo específico e compartilhado de ser, de ver e de comunicar o mundo, podemos dizer, então, que a cultura surda preenche todos os critérios aqui definidos: comunidade (indivíduos), identificação (sensorial), território (organizações e locais) e uma língua própria (língua de sinais) e o conceito do entre lugar.

A denominação cultura e comunidade surda é largamente difundida na bibliografia e produção técnica sobre a questão da surdez, porém, alguns autores defendem o uso da noção de “povo surdo” (STROBEL, 2009), ao invés de comunidade surda, considerando a primeira como o coletivo exclusivo das pessoas surdas e a segunda como o conjunto de surdos e ouvintes (familiares, amigos, estudiosos, interessados) envolvidos com a surdez. É claro que esses diferentes posicionamentos estão envolvidos na adoção de um sentido político. De um lado, destaca-se a luta de associações de surdos pelo reconhecimento de uma cultura particular e por direitos específicos. De outro lado, buscam-se formas ampliadas de inclusão e de participação na cultura social geral (local, regional, nacional, internacional).

Ao contrário das visões discriminatórias sobre os surdos, a noção de cultura atribuída à surdez é compreendida em sua dimensão antropológica, histórica, psicológica e social. A noção de cultura surda preenche os critérios conceituais de: comunidade (indivíduos), identificação (sensorial), território (organizações e locais) e língua própria (língua de sinais).

De fato, para os surdos, o aprendizado da Língua Portuguesa (oral-auditiva) não é o caminho natural, sendo a Língua Brasileira de Sinais (visual-espacial) a mais adequada para o desenvolvimento cognitivo inicial. Todavia, pela convivência histórica e cotidiana com uma cultura de ouvintes, a aquisição da Língua Portuguesa como segunda língua é fator imprescindível para a inclusão das pessoas surdas na sociedade brasileira.

Dessa forma, a proposta de ensino bilíngue para surdos, na qual a Libras é reconhecida como a língua natural e como pressuposto para o ensino do Português, “atravessa a fronteira linguística e inclui o desenvolvimento da pessoa surda dentro da escola e fora dela em uma perspectiva sócio antropológica” (SILVA, 2008, p. 50).

Nesse contexto, podemos perceber que o sujeito se constrói quando estabelece contatos com o meio e vive situações diferenciadas de representação. Os discursos que constituem as representações definem poderes desiguais que ocupam diferentes espaços e controles dentro dos grupos.

METODOLOGIA

A escolha do método que conduz uma pesquisa geralmente não é tarefa das mais fáceis, principalmente quando o que se pretende é conhecer uma realidade em que o pesquisador está diretamente envolvido. Com relação a esta pesquisa logo ficou evidente que se trata de uma abordagem de pesquisa qualitativa, através de observação, entrevistas, registros audiovisuais, fotográficos e documentais. Além disso, este trabalho possui um perfil etnográfico, pois, essa linha de trabalho busca compreender os significados atribuídos pelos próprios sujeitos ao seu contexto, a sua cultura, assim a pesquisa etnográfica se utiliza de técnicas voltadas para descrição densa do contexto estudado. De acordo com Moreira e Caleffe (2006), a etnografia tem como característica enfocar o comportamento social do sujeito no seu cenário cotidiano, confiando em dados qualitativos obtidos a partir de observações e interpretações feitas no contexto da totalidade das interações humanas, assim os resultados da pesquisa são interpretados com referência ao grupo ou cenário, conforme as interações no contexto social e cultural e a partir do olhar dos sujeitos participantes da pesquisa.

Corroborando com Moreira e Caleffe, Ludke e André (1986) apontam três etapas para a realização da pesquisa etnográfica: a exploração, que envolve as escolhas de campo e sujeitos bem como, as primeiras observações e aproximações no e com o contexto da investigação; a decisão, que implica nas escolhas dos dados relevantes, das fontes e até dos instrumentos; e a descoberta, que consiste na explicação da realidade e na forma de situar as várias descobertas num contexto mais amplo e holístico.

Dessa forma, está pesquisa busca contemplar essas três etapas que traz a pesquisa etnográfica através de escolha de campo a ser realizada a pesquisa, bem como a escolha do sujeito, esse que já foi supracitado, observações do objeto selecionado e instrumentos como entrevistas a surdos.

RESULTADOS

Como resultados, pretendo ao final desta pesquisa, visibilizar a comunidade Surda nos aspectos linguísticos e identitários, além de traçar caminhos que possa dar possibilidade para dá suportes aos estudantes surdos do município de Alagoinhas no que tange ao respeito, a informação, compreensão e reflexões sobre a Libras além de refletir sobre a identidade surda dos estudantes surdos do bairro do Pirinel e Parque da Jaqueira.

CONCLUSÃO

Para concluir o inconcluso, pois o estudo, ou a pesquisa não para por aqui, sinto que esse trabalho se tornou infundável, pois, os estudos voltados às questões culturais surdas denotam estudos em diversos âmbitos e que requer vários olhares, pois, com esse trabalho pude perceber que a característica intermediária do povo surdo pode ser discutida e indagada inúmeras vezes por entre a tessitura literária porque, de fato, emoldura outro espaço, ou seja, algo novo e distinto que nem sempre está 'no meio', mas que provavelmente é paradoxal e conflituoso tal qual os indivíduos que retrato — os surdos. Mediante a leitura e análise destes entremeios, busca-se a subjetividade do sujeito e com ela a identidade de uma comunidade — a comunidade surda.

Não tão obstante, a literatura revela este paradigma cultural, pois expõe a potencialidade de criação deste espaço em que vozes, crenças, saberes e vontades se aproximam, misturando-se num processo inevitável de transformação e inovação.

Contudo, eu finalizo uma reflexão que, por sua própria natureza, é de caráter inconcluso. Como uma pesquisadora encantada com os estudos culturais, interculturais, eu continuo a acreditar no pressuposto de que mais atraentes que os pontos de partida e de chegada, tornam-se o trajeto e a travessia de uma experiência cultural. Portanto, os estudos culturais surdos passa a ser pra mim o corolário que imortaliza os sentimentos oriundos dessas passagens, desse momento.

REFERÊNCIAS

- ALBRES, Neiva de Aquino (Org.). *Libras em estudo: ensino-aprendizagem*. São Paulo: FENEIS, 2012. 159p.
- BHABHA, H.O *local da cultura*. Trad. Myriam Ávila; Eliana L. Reis; Gláucia Gonçalves. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- DALCIN, Gladis. *Um estranho no ninho: Um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo*. Florianópolis.2005.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais* (Org.). Liv Sovik. Trad. Adelaide Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Rep. UNESCO no Brasil, 2003.
- KARNOPP, Lodenir. *Literatura Surda*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MOURA, Maria Cecília. *O Surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- MOREIRA, H. CALEFFE L.G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. RJ:DP&A, 2006.
- QUADROS, Ronice Muller e KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de Sinais Brasileira- Estudos Linguísticos*. Artmed. 2004.